

**III Congresso Internacional e V Nacional Nacional Africanidades e  
Brasilidades em Educação 23, 24 e 25 de novembro de 2020  
Universidade Federal do Espírito Santo. GT Africanidades e  
Brasilidades em Educação e Relações Étnico-Raciais**

**O PRECONCEITO SUBJETIVO COMO ENTRAVE AO ENSINO DE  
CULTURAS CARACTERISTICAMENTE DE ORIGEM AFRICANAS**

Liliane Rodrigues de Souza<sup>1</sup>

Sérgio Rodrigues de Araújo<sup>2</sup>

**Resumo**

Este trabalho aborda uma temática que visa analisar o preconceito subjetivo como entrave ao ensino de culturas caracteristicamente de origem africanas. Sua relevância científica encontra-se no fato de que se terá a chance de analisar como se desenvolve o preconceito estrutural subjetivo. Sua relevância social encontra-se na possibilidade de poder apresentar um diálogo mais profundo entre o que se aprende na escola sobre culturas de matriz africana e como se assimila este mesmo ensinamento e as resistências que o professor apresenta para colocá-las aos estudantes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, factual, analítica, em que se busca sintetizar os valores de uma cultura fundamentada no eurocentrismo e que, como regra, busca negar toda uma cultura que não se encaixe neste perfil idealizado. Esta investigação elegerá o materialismo dialético como seu método de pesquisa direcional, considerando que ele é o que melhor se apresenta como capaz para analisar e discutir as causas internas e externas do objeto. As conclusões a que se chega é que, sobrexiste uma necessidade de formação mais profunda dos professores das áreas de humanas, especialmente os pedagogos, porque estes profissionais ocupam 50% de toda a vida acadêmica dos estudantes

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Pedagoga na Prefeitura Municipal de Serra - ES. E-mail: liliaraujoe10@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Psicologia. Instituto Educacional Athena. E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com.

da Educação Básica. Há que admitir o peso da educação cultural que forma um tipo de cidadão preconceituoso, sem este se dar conta de que o é, e um professor que assim o faz, sem a consciência de que assim o faz, porque nega acesso aos estudantes sobre estas temáticas e nega um estudo mais amplo sob o aspecto cultural e sua influência na formação da cultura brasileira específica.

Palavras-chave: Cultura de matriz africana. Práxis pedagógica. Preconceito subjetivo.

## **Introdução**

A práxis docente jamais pode ser entendida como um ato isolado de todo o ambiente que envolve aquele que ensina e aquele que aprende, porque ao fazer isto, tem-se que ambos os envolvidos no processo didático terminam escravizados por uma situação de controle externo que os exorta a seguir uma linha de raciocínio subjetivo desmentindo seu modo de expressar e de compreender coisas as quais se fazem necessárias ações efetivas e eficazes de raciocínio e reflexão, uma vez que se tratam de fenômenos filogenéticos e culturais, podendo cair no grave risco de interpretar determinadas atitudes como algo consensual e na sequência, torná-la banal. Este é o problema que vem acontecendo com os processos didáticos quanto ao ensino e à aprendizagem de conteúdos de matriz africana.

O ensino de conteúdos de matriz africana encontram entraves na escola regular especialmente pelo fato de que toda uma cultura branca, européia, protestante, judaico-cristã permeou a formação do Estado Brasileiro desde sua descoberta e a forma que encontraram para barrar uma cultura tão forte como a Africana foi a demonização da mesma e de seus conteúdos epistemológicos e gnosiológicos.

Isto fez com que desde pequenas, as crianças crescessem aprendendo a evitar estas situações de aproximação com os elementos tradicionais das culturas de matriz africana por medo da punição divina. Esta interpretação subjetiva com relação ao tema faz surgir o que chamamos aqui de *preconceito subjetivo* que pode ser traduzido por medo a algo que não se conhece, no máximo, tem-se uma visão [de]formada sobre o tema e isto vai sendo levado pela vida afora e, mesmo

depois de graduado, o sentimento de medo continua, o que faz com que na aplicação de sua práxis pedagógica, o profissional da educação não consiga pensar e muito menos atuar de maneira interdisciplinar e quando aborda o tema sobre culturas de matrizes africanas, o faz de modo superficial e o preconceito aparece em sua própria dificuldade de expressão ideológica.

Este é um problema que vem permeando a educação brasileira que, mesmo tendo criado uma lei que obriga os currículos escolares a inserirem temas de matiz afro, fato que, por si só, já demonstra o descaso com toda a formação histórico-cultural da nação, porque os africanos que aqui aportaram trouxeram consigo toda uma gama de valores e instrumentos técnico-metodológicos que iriam auferir grandezas de caráter epistemológico e gnosiológico a um povo que ainda seria formado, dado que aqui habitava um único grupo nativo, chamados de índios, por causa de interpretação geográfica errônea cometida pelos navegantes.

Os africanos já se constituíam como uma nação sólida e que possuía toda uma cultura consolidada em diversos campos do saber humano, indo desde a escrita, a literatura, a medicina, a agricultura, a engenharia de minas, religião, extração de minerais e outras vertentes que, por causa do regime a que foram submetidos quando aportados no Brasil, foram impedidos de exercer, como uma forma de dominação absoluta.

No entanto, o *stablishment* sabia bem que não bastaria a proibição pela proibição, porque isto era abstrato por demais para ter efeito prático; necessitava-se criar um mecanismo que, uma vez aplicado à realidade objetivo e ao objeto-alvo, ele próprio alimentaria a máquina repressora, tornando-se mais poderoso a cada tentativa de superação por aqueles que estavam sob seu jugo direto. É aí que elaboram o processo de pré-conceito subjetivo, maquinação que a Igreja Católica provou e com seu cristianismo institucional cuidou de fomentar o terror nas mentes apavoradas de um povo que começava a se formar.

Assim que, toda uma construção mística de negação dos preceitos africanos foi sendo implantada de modo insurgente no espírito e na cultura dos brasileiros, via religião, via educação jesuítica, via contos que, para um povo aprisionado em meio a uma terra selvagem e coberta de mata, como eram as terras brasileiras, tudo aquilo pareceu bem real. Mesmo quando a educação se amplia, isto depois de mais de 300 anos de colonização européia, a condição de

construção do sentimento de superioridade dos atributos dos brancos sobre aqueles atribuídos, originalmente, aos africanos e, conseqüentemente, aos seus descendentes, que já são afro-brasileiros continuou como uma tradição arraigada nos mecanismos psicológicos de ação didático-pedagógicas, expressas sempre de forma subjetiva.

### **O preconceito subjetivo quanto aos afrodescendentes e sua expressão cultural**

O principal problema enfrentado é aquele para o qual não se conhece a sua real dimensão, porque subexiste, mascarado sob diversas formas sutis de enfrentamento que não se apresentam de modo aberto aos que sofrem seus impactos. Com a cultura afro, isto vem ocorrendo desde que os africanos aqui chegaram, porque ocorreu que, ao chegarem ao Continente Africano, os futuros colonizadores se depararam com uma civilização já consumada em todos os seus aspectos culturais, incluindo um sistema político de governo bastante organizado.

Isto representou um duro golpe, porque esperavam encontrar um povo com uma economia retrógrada, com um sistema arcaico de governança política e sem estrutura educacional, coisa que se mostrou contrária ao pensamento que os europeus faziam dos povos que não pertencessem ao continente.

Esta condição já deixa claro que havia um pré-conceito estabelecido sobre os habitantes das regiões africanas ainda inexploradas pela cultura branca e aqui, abre-se a necessidade de explicar o sentido semântico de pré-conceito, em que este se trata de um conceito formado *a priori*, isto é, antes que se tenha o mínimo de conhecimento sistemático sobre o objeto do qual se pretende abordar e na ânsia da vaidade, cria-se uma visão de inferioridade que começa a fazer vulto em todo o continente, auxiliado pela Igreja Católica que buscava novos domínios para expandir seus ensinamentos de fé cristã.

No *Caderno de luta contra a discriminação*, produzido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1987, p. 10) tem-se a seguinte definição de preconceito: “opinião formada sem conhecimento dos fatos; julgamento feito sem reflexão; ideia antiga a rotineira que não se apóia em provas e argumentos sérios; conceito antecipado; superstição.”

No caso do *preconceito subjetivo*, este apresenta um efeito ainda mais catastrófico, porque aquele que o expõe contra um determinado grupo, no caso colocado neste trabalho contra toda uma cultura e não necessariamente contra um povo, dado que os afro-descendentes que estão, no Brasil, são cidadãos brasileiros e isto não pode ser ignorado por nenhuma das partes, sob pena de perder-se uma identidade conquistada já por séculos e que é consolidada nas inúmeras constituições que formam o escopo jurisdicional da Nação Brasileira.

Quando ocorre a presença da Companhia de Jesus em terras brasileiras, o primeiro cuidado que tomaram foi o de colocar toda e qualquer religião que não fosse a Cristã Romana sob suspeita e implantaram o terror sobre os nativos e quando os africanos aqui chegam, trazidos em comitivas que vinham carregando toda uma bagagem cultural elevada, não houve outra saída se não a de criar estereótipos de todas as formas sobre estes e seus processos culturais, denegrindo tudo o que se relacionasse a eles, direta e indiretamente.

Quando se impede um povo de expressar sua fé nos seus manes e nos seus deuses domésticos, tem-se o primeiro passo dado para torná-lo submisso, porque jamais recorrerá ao Deus do estranho a si e aos seus antepassados e, sem a proteção da fé, nenhum ser humano resiste e, como fim desta tortura imposta pelo agressor, acaba cedendo aos caprichos. A escravidão não tem a intenção *somente* de submeter o outro ao seu domínio e explorar a sua força de trabalho, porque para persistir, necessita subverter o espírito do indivíduo subjugado à crença dupla de que sua cultura e tudo o que ela representa é inferior à daquele que detém poder sobre si e que a cultura do dominador e tudo o que ela representa é superior. Por este motivo, se criam os mecanismos de apropriação de domínio subjetivo para além do domínio do corpo e da força de trabalho.

A intenção, não explícita, é a de manter um sistema que proporciona uma condição de inferioridade *ad infinitum* e mesmo que se crie e se aplique mecanismos de enfrentamento à problemática, os elementos não percebidos pela razão, impedem que se alcance resultados eficientes, inclusive no espaço de atuação escolar que, por mais que se queira alegar sua superioridade e neutralidade quanto aos acontecimentos sociais, este pensamento simplório,

ingênuo e desprovido de lógica é a grande conquista do pensamento do *status quo* operante e dominante.

Neste sentido, Martins (1998) vai afirmar que,

A sociedade atual muitas vezes dificulta reflexões, críticas e questionamentos sobre si própria. Tais fatos não produzem apenas a alienação dos seres humanos, mas também condições propícias ao aparecimento do preconceito. Uma sociedade pautada no preconceito é uma sociedade sem reflexão e sem razão (MARTINS, 1998, p. 17).

No campo da Educação, engana-se o professor que alega em sua defesa que jamais fala contra a cultura alheia, especialmente contra os manes africanos, porque basta que ele se omita de oferecer espaço para os seus estudantes conhecerem e discutirem as crenças e os valores históricos de seus antepassados que já cuidou de manter o *status quo* de preconceito contra o outro. E a sua defesa apaixonada de que não possui preconceitos contra nada, contra nenhum tipo ou contra alguém já demonstra que não conhece a si mesmo e que, é exatamente por este motivo que se torna sujeito à manipulação obsessiva dos grupos dominantes.

Somente o autoconhecimento e o estudo sistemático sobre as culturas alheias se mostra capaz de proporcionar condições para que os envolvidos não sejam capturados nos discursos onde se fala mais alto a probabilidade estatística e a expropriação do direito de defesa. Martins (1998) argumenta que,

O preconceito é constituído nas mediações da subjetividade e das relações sociais e, portanto, tanto o estudo desse tema como sua transformação são extensos, complexos e envolvem uma variedade de fatores que devem ser analisados, mesmo nas manifestações mais subjetivas e específicas de preconceito. Desse modo, o preconceito é produto e produtor das mediações entre subjetividade e sociedade (MARTINS, 1998, p. 12).

O terreno da subjetividade é um campo que se estende para além e para aquém do indivíduo, não sendo possível fazer a sua interpretação de maneira apressada e, quando em sala de aula, em que o mais comedido professor é pego soltando um suspiro de desalento quando um estudante negro faz-lhe uma pergunta, aparentemente simples e que, para este docente, qualquer um deveria

saber, percebe-se que, existe ali, arraigado em seu inconsciente, uma forma de preconceito velado contra determinado grupo de estudantes.

### **Mecanismos de enfrentamento ao preconceito subjetivo com relação à cultura afro**

A principal forma de se combater *pré-conceitos* é através de estudos sistemáticos, profundos e categorizados na busca de um entendimento sólido sobre as coisas que são e sobre as coisas que não são, procurando entender e compreender porque em alguns momentos elas são discutidas e em outros não são. Não existe uma forma de extinguir ou, pelo menos, minimizar os impactos provocados por uma tradição de exclusão do saber apenas negando que tal e qual coisa exista, porque não pode ser vista e é por este viés que o preconceituoso continua a manter-se como tal, porque, em primeira instância se nega a refletir sobre suas atitudes cotidianas.

Não existe nenhum sentimento ou conhecimento, por mais subjetivo que seja transmitido ou adquirido através de *categorização osmótica*. Tudo no ser humano deve ser ensinado; portanto, o preconceito contra determinados grupos e aqui, tratamos dos grupos afrodescendentes e toda sua cultura [*em todos os vieses*], isto também obedece a padrões de construção histórica, em que toda uma pedagogia da exclusão foi pensada e aplicada sobre o tema, sempre com o viés da supremacia *dos valores brancos sobre os valores dos africanos e seus descendentes em terras brasílicas*. Destrói-se os valores de uma nação ou cultura e, tudo o que se seguir é nada mais que consequência, não existindo um culpado para o problema suscitado e tudo o que se vem na esteira é tratado como sendo normal; como se a deterioração moral de um povo, uma nação, uma cultura, fosse a coisa mais natural de se fazer ou deixar acontecer. E, ao se questionar tais atitudes, haverá quem diga que cabe aos oprimidos que se levantem e se defendam contra as injúrias que sofrem.

Ocorre que, em muito pouco tempo, até mesmo o agredido se adere à agressão, porque passa a interpretá-la como forma de poder e a verdade que o agride, passa a ser vista como uma verdade que fortalece, ainda que seja de uma forma negativa e é aí que todo o risco se impõe sobre uma cultura que passa a tomar o preconceito como algo natural à sua existência, uma marca de sua

cultura e que contra isto não há como lutar. Esta forma de adesão ao poder opressor, a que fazemos alusão, pode mesmo ser o do silêncio, a aceitação passiva de uma condição existencial, resultado de toda uma engenharia montada e desenvolvida por quem [*supostamente*] ganhou a guerra. No entanto, há que analisar com o mais profundo cuidado, a situação de que, a necessidade de se utilizar tamanho arsenal para suprimir a expressão de uma cultura já é um sinal claro de que ela é muito poderosa e assusta, somente por sua força e esplendor.

Segue a este problema o fato de que os jornais têm realizado um imenso serviço negativo ao combate a todas as formas de preconceitos, especialmente contra as culturas de origem e orientação afro, porque suas reportagens devem ser marcadas pelo sensacionalismo exacerbado, afetado, em que toda uma dramatização é construída, em que toda a ação é exposta de maneira nítida, dispensando toda e qualquer análise do discurso, a análise do conteúdo e uma interpretação situacional.

Este tipo de preconceito subjetivo com relação à cultura de matriz afro, vai se assumindo como preconceito institucionalizado e sem perceber e, por este motivo, sem entender ou compreender os motivos, os assuntos relacionados ao tema afro, vai sendo retirado do currículo até restar aquela parcela que a lei obriga a sustentar e que termina relegado a uma mísera semana, dentro do ano letivo e em lugar desta toda uma cultura de oposição é ofertada como objeto de valor ao estudante e nas salas dos professores, muito comum ver-se profissionais dizerem que ensinam *aquilo* aos estudantes porque existe a força da lei a obrigar, porque de outra forma, aquelas blasfêmias não seriam apresentadas a eles.

Outra situação ridícula ocorre quando o professor para dizer-se isento de preconceitos se enfeita todo de indumentária afro para comemorar o *Dia da Consciência Negra* e a escola enche-se de cartazes com frases recortadas sobre humanismo, conscientização e combate a todas as formas de preconceito às crenças, religiões e cultura afro. Nada disto poderia mostrar-se mais caracterizante da situação de ignorância sobre o assunto em questão. Basta perguntar quando foi que o professor de literatura indicou um livro de um autor de origem afro para que seus estudantes o lessem e elaborassem resenhas, organizar grupos de estudos ou sínteses. E o professor de Artes quando vai exhibir as pinturas do período escravocrata brasileiro faz questão de mostrar o africano

ou afrodescendente em trajes andrajosos e o patrão em roupas esbeltas, garboso e as mulheres, da mesma forma, em que as patroas são exibidas nas imagens dos quadros e dos livros didáticos com suas longas perucas loiras importadas da Inglaterra e as mulheres afro, sempre rebaixadas realizando serviços pesados, desprovidas de qualquer adorno que as encante.

Não precisa denegrir através de vitupérios os afrodescendentes, nem dizer que é preconceituoso, porque as suas escolhas didáticas já dizem exatamente o que pensa sobre o tema e como o reflete sobre a realidade educacional. Este tipo de preconceito é um câncer na sociedade que vai fazendo sua metástase a partir do processo de formação educacional formal, quando se nega a pensar as formas de exposição a que cada cultura é apresentada aos estudantes.

Nas aulas de história, ao tratar das batalhas em que o Brasil participou, omite-se que os afrodescendentes estiveram à frente e que foi graças ao seu empenho de guerra que a nação saiu vitoriosa. Pelo contrário, não nega sua participação, mas de igual forma, não se toca no assunto, logo, a ideia que se forma é a de que o africano e seus descendentes, nascidos aqui, serviam apenas para o trabalho braçal e exploração nos canaviais, cacauzeiros e outras modalidades.

Na Geografia, não se explica, talvez até mesmo por ignorância do professor, que foi graças aos africanos que se tornou possível explorar ouro nas terras da Capitania de Minas Gerais, porque estes detinham conhecimento de escavação de minas e sabiam distinguir o ouro de tolo do ouro real e também o diamante de todo do diamante real.

Nas aulas de Língua Portuguesa, trata-se somente da origem da língua como sendo de origem européia e, não se discute o quanto os africanos influenciaram na formação do Português brasileiro que hoje se fala. Estuda-se uma semântica de palavras que foram introduzidas por um viés eurocêntrico e nega-se ao estudante o contato com as vertentes do léxico afro.

Nisto, o que se tem é uma negação ao direito de conhecimento da cultura brasileira que, muito além de ser tratada como uma *miscigenação* de três culturas, o que já traz em si, um discurso mesquinho visando a esconder esta potencialidade de exploração semântico-cultural, é uma cultura sólida, mas que,

para ser compreendida como tal, o estudante deve conhecer a fundo as bases epistemológicas e gnosiológicas que a sustentam como tal.

### **Considerações finais**

O preconceito subjetivo com relação à cultura afro é um problema estrutural que impede uma práxis pedagógica eficiente no quesito de se formar um estudante que compreenda o significado de cultura como toda uma carga histórica que compõe o seu estofo pessoal.

Com relação à África e toda a sua composição histórica, o primeiro ponto a se considerar que, de uma maneira distinta, o conhecimento deste continente e todo o seu povo, com sua cultura e distinções, é a forma mais objetiva de aproximar-se de um entendimento da estrutura personológica do povo brasileiro.

Privado de parte da cultura que agrega elementos importantes e essenciais para a formação da estrutura personológica dos cidadãos brasileiros e cita-se aqui, a herança filogenética africana, com todos os seus valores, crenças e conhecimentos, o que se tem é um indivíduo que tenderá a exprimir atitudes preconceituosas por causa de sua ignorância e não necessariamente por que seja assim, por uma convicção legítima.

Os professores, ignorantes que se tornam destas manobras elaboradas por sobre a escola, via currículo oficial e especialmente, via currículo oculto, terminam acreditando que estão a seguir ordens superiores, quando, de fato, eles mesmos sentem-se à vontade para negar aos seus estudantes este acesso mais amplo à cultura de seus ascendentes históricos. Não poderia ser diferente, porque o sistema social dominante é perverso e cria uma estratégia para que, ao longo de sua carreira estudantil, eles conheçam somente o que interessa ao *stablishment* e não ao que teria necessidade efetiva de conhecer para que pudesse formar uma consciência crítica sobre o todo.

### **Referências bibliográficas**

MARTINS, Mônica Mastrantonio. Reflexões sobre preconceito – em busca de relações mais humanas. *InterAÇÃO*, Curitiba, v. 2, p. 9-27, jan./dez. 1998.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO – ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL. *A escola na luta contra a discriminação*. São Paulo: Fundação para Desenvolvimento da Educação, 1987.